

01 DE OUTUBRO DE 2018

TOCANTINS  TV ANHANGUERA

Homem é detido com R\$ 500 mil em mala após sair de banco em Araguaína

Luís Olinto é irmão do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB), candidato à reeleição. Ele foi ouvido na sede da PF e depois liberado para responder em liberdade.

Por G1 Tocantins

01/10/2018 19h09 · Atualizado há 11 meses



Dinheiro foi encontrado com homem em Araguaína — Foto: Divulgação/PF

08 DE NOVEMBRO 2018

TOCANTINS

Lixo hospitalar encontrado em galpão pode ser do Hospital Regional de Araguaína, diz polícia

Ainda segundo a Polícia Civil, um dos donos do galpão é o deputado estadual Olyntho Neto. Toneladas de lixo serão levadas para o aterro sanitário onde receberão tratamento adequado.

Por TV Anhanguera

08/11/2018 13h49 - Atualizado há 9 meses



Coleta de lixo hospitalar começa a ser feita em galpão de Araguaína

17 DE NOVEMBRO DE 2018

Política

Delegado Regional de Araguaína é exonerado após investigar esquema do lixo hospitalar

17/11/2018 05h48

Por Redação/AN



17 DE NOVEMBRO DE 2018

AF notícias

SEGURANÇA PÚBLICA

Governo do Estado dispensa 12 delegados regionais de Polícia Civil do Tocantins

No mesmo ato, o Governo exonerou vários servidores da Secretaria de Segurança Pública.



Por Agnaldo Araujo 5.401

17/11/2018 08h29 - Atualizado há 9 meses



Delegado Bruno Boaventura / Foto: Reprodução/TV Anhanguera

17 DE NOVEMBRO DE 2018



DISPONÍVEL PARA AS PLATAFORMAS

NOTÍCIAS DO DIA | AGRONEGÓCIO | ECONOMIA | GENTE DE CLASSE | CRÔNICAS | MÚSICA | POLÍTICA | POLÍCIA | EVENTOS | ORLA MAGAZINE

Foto: Divulgação

COMUNIDADE / DESTAQUE / ESTADO / NOTÍCIAS DO DIA / POLÍCIA / POLÍTICA

GOVERNO DIZ QUE EXONERAÇÕES SÃO PARA “EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS” E QUE INVESTIGAÇÕES POLICIAIS SERÃO MANTIDAS SEM ALTERAÇÃO

1 Jocyelma Santana / 17 de novembro de 2018

Atualizada em: 17/11/2018 11:29

No final da manhã deste sábado, 17, o Governo do Estado do Tocantins se manifestou, por meio de nota enviada à imprensa, sobre as exonerações de funções comissionadas de servidores públicos e outras medidas, publicadas na edição do Diário Oficial do Estado de ontem à noite.

Sobre a exoneração dos delegados regionais, em especial, do delegado Bruno Boaventura, que era responsável por várias investigações na Delegacia Regional da Polícia Civil em Araguaína, destacou que “em nada altera a rotina dos mesmos em seus trabalhos de investigação, pois todos prosseguem exercendo integralmente suas atividades, sem qualquer interferência de cunho político que possa atrapalhar ou direcionar o resultado dos trabalhos”.

Confira a nota completa.

Nota à imprensa

O Governo do Estado do Tocantins informa que prossegue realizando medidas para redução de despesas visando o equilíbrio das contas públicas, o enquadramento do Estado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a ascensão para



19 DE NOVEMBRO 2018

CBN Tocantins

CAPA PROGRAMAS ▾ COLUNAS ▾ BOLETINS ▾ COMENTARISTAS ▾ FALE CONOS

CBN Tocantins

CRISE NA SEGURANÇA | 19 de Novembro de 2018

Governo corta 170 cargos, entre eles doze delegados regionais

Foto: Reprodução / TV Anhanguera

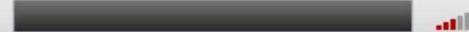
 Recomendar 0

 Tweet



A exoneração foi publicada em uma semana onde o Delegado Regional de Araguaína comandava a investigação que envolve o escândalo do lixo hospitalar que teve repercussão nacional e há suspeita de possível envolvimento do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB) e do seu pai, João Olinto, ex-juiz eleitoral. A notícia de que o Delegado regional seria dispensado do cargo chegou até ele antes mesmo da publicação no Diário Oficial. O Delegado informou por telefone e através das redes sociais que a dispensa foi uma retaliação política.

Por: Mayara Abreu



19 DE NOVEMBRO DE 2018

BUSCA

segunda, 02 de setembro de 2019

ONORTE | QUEM É DAQUI ACESSA!

(63) 99292-6165

Colinas d Tocantins
↑ 37°
max

Capa Colunas ▾ Guia Últimas Notícias Notícias ▾ Vídeos Fotos Institucional ▾

TOCANTINS

Após exoneração de delegado cúpula da SSP entrega cargos ao governo

🕒 19 novembro 2018 - 18h04

👍 Curtir 0

🔗 Compartilhar










Você conhece os serviços da Funciona Fit?
Refeições, lanches, sucos, pães, bolos, doces.
@funcionafit (63) 98473-3

Mais Lidas


POR UM FIO!
Jovem é salvo por amigo após ser eletrocutado enquanto usava computador

23 DE NOVEMBRO DE 2018

ESCÂNDALO DO LIXO

Senado quer explicação do Ministério da saúde sobre escândalo do lixo hospitalar

O requerimento foi apresentado pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB) e aprovado na quarta-feira (21). O escândalo envolve o Governo do Estado, o deputado estadual Olyntho Neto



23/11/2018 13h05 Atualizado há 9 meses · Por: Keops Mota · Fonte: AFNoticias · 826



text=G%26H CLEAN – SERVIÇOS DE LIMPEZA estava armazenado em galpão do distrito industrial

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado requereu ao Ministério da Saúde esclarecimentos sobre o descarte irregular de cerca de 200 toneladas de lixo hospitalar em um galpão clandestino de Araguaína.

O requerimento foi apresentado pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB) e aprovado na quarta-feira (21). O escândalo envolve o Governo do Estado, o deputado

Palmas - TO



30°

Tempo aberto
Máxima: 39° - M

31°
Sensação

9 km/h
Vento

49%
Umidade



24 DE NOVEMBRO DE 2018

2ª fase da Operação Expurgo, da PC, encontra mais lixo hospitalar em fazenda da família de Olyntho

Por Cleber Toledo — última atualização 24 nov, 2018 às 2:30

Compartilhe



0

A Polícia Civil do Tocantins deflagrou na manhã deste sábado, 24, a segunda fase da Operação Expurgo, que investiga o depósito irregular de resíduos hospitalares pela empresa Sencil Sanantônio Construtora e Incorporadora. Mais lixo hospitalar foi encontrado enterrado e escondido na Fazenda Caité, em Wanderlândia, de propriedade da família do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB).



No dia 12, a PC encontrou 180 toneladas de resíduos hospitalares em um galpão no Distrito Agroindustrial de Araguaína (Daiara), de propriedade do parlamentar. O pai dele, o advogado João Olinto Garcia de Oliveira, apontado como sócio da Sencil, teve prisão decretada e está foragido.

A empresa teve o contrato extinto pela Secretaria Estadual de Saúde. A Delegacia de Repressão a Crimes de Maior Potencial Contra a Administração Pública (Dracma) abriu inquérito policial esta semana para investigar a dispensa de licitação da Sencil. Além disso, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou resolução que determina inspeção *in loco* no contrato da pasta com a empresa.

Na operação deste sábado, imagens divulgadas pela Polícia mostra frascos de remédio misturados com terra e muito lixo hospitalar numa pá de carregadeira.

LixoHospitalarFazenda



Assistir mais tarde Compartilhar

6 DE DEZEMBRO DE 2018



DISPO

NOTÍCIAS DO DIA | AGRONEGÓCIO | ECONOMIA | GENTE DE CLASSE | CRÔNICAS | MÚSICA | POLÍTICA | POLÍCIA | EVENTOS | ORLA MAGAZINE

Divulgação

DESTAQUE / ESTADO / NOTÍCIAS DO DIA / POLÍCIA

GOVERNO REDUZ DELEGACIAS REGIONAIS E NOMEIA NOVOS TITULARES: SINDICATO DIZ QUE PERSEGUIÇÃO E INGERÊNCIA POLÍTICA CONTINUAM

Jocelyma Santana / 6 de dezembro de 2018

7 DE DEZEMBRO DE 2018

TOCANTINS



Polícia Civil cumpre mandados no Palácio Araguaia para investigar funcionários fantasmas

Mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na Secretaria Geral de Governo. Em dois casos investigados, prejuízos aos cofres públicos chegam a R\$ 310 mil.

Por G1 Tocantins

07/12/2018 10h55 - Atualizado há 8 meses



Polícia Civil cumpre mandados no Palácio Araguaia — Foto: Ana Paula Rehbein / TV Anhanguera

11 DE DEZEMBRO DE 2018

TOCANTINS  TV ANHANGÜERA

Justiça aponta perseguição e determina que delegados regionais exonerados voltem aos cargos

A decisão liminar suspende portarias e reintegra 12 delegados regionais e três servidores da Delegacia de Crimes contra administração pública.

Por G1 Tocantins

11/12/2018 10h11 · Atualizado há 8 meses



Delegado Bruno foi exonerado do cargo de delegado regional — Foto: Reprodução/TV Anhangüera

A Justiça determinou na manhã desta terça-feira (11) a reintegração dos **12 delegados regionais que foram exonerados dos cargos de chefia pelo governo do Estado**. O pedido foi feito pelo Ministério Público Estadual **em uma ação civil pública na semana passada**. As

2 DE JANEIRO DE 2019

VB 99939-1810 3456-1469
vozdobico@uol.com.br

CONTEÚDO VB 1

Novo secretário da SSP toma posse e defende atuação integrada na área da segurança no Tocantins

quarta-feira, 2 de janeiro de 2019 às 17:27

f Compartilhar no Facebook

🐦 Tweet

G+

📌



Cristiano Barbosa Sampaio no centro da mesa. Foto: Divulgação / SSP

8 DE JANEIRO DE 2019

af notícias

COMBATE À CORRUPÇÃO

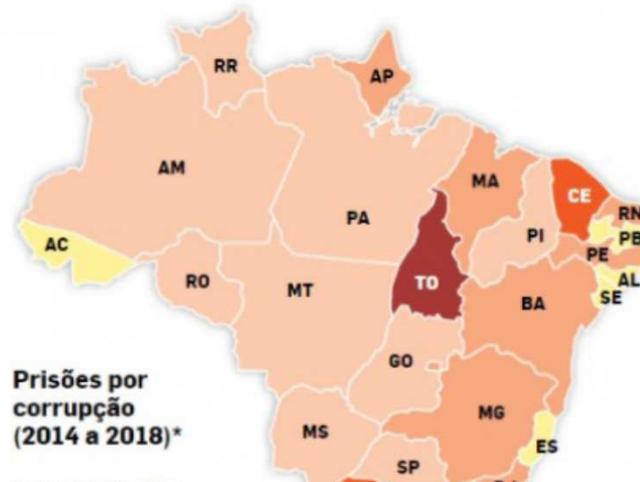
Tocantins é o 1º no ranking nacional de prisões por corrupção, aponta dados da PF

Operação Catarse, Eleições Limpas, Jogo Limpo e Espectro tiveram como foco o combate à corrupção.



Por Redação 3.291

08/01/2019 09h50 - Atualizado há 7 meses



Prisões da Lava Jato



24 DE JANEIRO DE 2019

HOME CIDADES CURTAS ESTADO MINHA OPINIÃO POLÍTICA EDITAIS OUTROS

Estado [Ver comentários](#)

REIVINDICAÇÃO

Sindepol lista 'graves problemas' nas delegacias do Estado e denuncia ao MP

Serviços de manutenção, vigilância, atendimento ao público e limpeza, cujos servidores foram exonerados pelo governador do Estado, estão suspensos. Policiais estariam em algumas dessas funções

📅 24/01/2019 18:14:06 - Atualizada em 25/01/2019 09h38min ✍️ Da Redação

🖼️ Imagem Ilustrativa



24 DE JANEIRO DE 2019

MENU G1 TOCANTINS TV ANHANGUERA Q BUSCA

Delegado-geral transfere delegados que investigavam escândalo dos funcionários fantasmas

Rossilio de Souza Correia alegou que delegacias não envolvidas na investigação estavam desprovidas enquanto os delegados se dedicavam exclusivamente ao caso. Ele ordenou que a 1ª DP de Palmas fique com a apuração.

Por G1 Tocantins
28/01/2019 20h15 - Atualizado há 7 meses

f t w l i n p



Delegado-geral do Tocantins decidiu revogar a força-tarefa — Foto: Reprodução/TV Anhangueira

7 DE FEVEREIRO DE 2019

G1

TOCANTINS



Q BU

Justiça anula transferência de delegados que investigam escândalo dos funcionários fantasmas

Determinação para que Wanderson Chaves de Queiroz e Gregory Almeida Alves do Monte mudassem de delegacia foi do delegado-geral do Tocantins, Rossílio Correia. Juiz entendeu que não havia 'motivo plausível' para a mudança.

Por TV Anhanguera

07/02/2019 19h12 - Atualizado há 6 meses



8 DE FEVEREIRO DE 2019

Jornal do Tocantins (63) 99997-2522 BUSCAR VICENTINHO AN

CAPA **POLÍTICA** ECONOMIA MUNDO VIDA URBANA ESPORTE MAGAZINE OPINIÃO INFOMERCIAL VÍDEOS

POLÍTICA


Patricia Lauris
patricia.lauris@jotocantins.com.br

Desembargador do TJ revoga decisão de juiz e mantém afastamento de delegados da Operação Catarse

Eurípedes Lamounier suspende uma liminar concedida pelo juiz Edmar de Paula, determinando que o delegado-geral Rossílio de Souza Correia reintegre os delegados Gregory Almeida e Wanderson Chaves de Queiroz às investigações da operação em 24 horas

08/02/2019 - 21:14


(Foto: Elias Oliveira)

Mais uma decisão judicial divulgada nesta sexta-feira, 8, redefine o destino dos delegados que foram afastados da força-tarefa da Operação Catarse. Desta vez, o desembargador do Tribunal de Justiça (TJ-TO) Eurípedes Lamounier suspende uma liminar concedida pelo juiz Edmar de Paula, determinando que o delegado-geral Rossílio de Souza Correia reintegre os delegados Gregory Almeida e Wanderson Chaves de Queiroz às investigações da operação em 24 horas. O desembargador também libera o Estado da multa fixada no caso de descumprimento, que era de R\$ 10 mil diário até o limite de 50 dias multa.

Continuar

- 1 De
- 2 Em
- 3 Ope
- 4 Far
- 5 Hor

12 DE MARÇO DE 2019

TOCANTINS



Delegados repercutem decreto que proíbe críticas ao governo e limita entrevistas: 'Lei da Mordaça'

Um dos pontos mais polêmicos é que as buscas em repartições públicas só podem ser feitas com consentimento do próprio governo. Norma estabelece proibições no repasse de informações.

Por G1 Tocantins

12/03/2019 12h04 - Atualizado há 5 meses



é proibida, em entrevistas, a referência depreciativa às autoridades e atos da administração pública



13 DE MARÇO DE 2019

TOCANTINS



Governo altera parte do 'decreto da mordaza', mas mantém trechos polêmicos

Governo atendeu a pedido da OAB que recomendou alterações em alguns itens. Itens que proibem delegados de criticar o governo e imprensa de acompanhar operações sem autorização seguem em vigor.

Por G1 Tocantins

15/03/2019 21h44 · Atualizado há 5 meses



23 DE MARÇO DE 2019

Jornal do Tocantins (63) 99997-2522 BUSCAR VICENTINHO

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO VIDA URBANA ESPORTE MAGAZINE OPINIÃO INFOMERCIAL VÍDEOS

ANTENA LIGADA



Lailton Costa

WhatsApp, Email, Facebook, Twitter, LinkedIn

Para autorizar Operação Isis juiz derruba artigo do 'decreto da mordaza' por inconstitucionalidade

Juiz José Carlos Júnior concluiu que artigo exigindo aprovação da chefia de delegados para requisição de servidores e materiais de outras unidades em operações é inconstitucional e afastou sua aplicação no procedimento desta sexta-feira

22/03/2019 - 12:40

Ao autorizar a Operação Isis da Polícia Civil contra alvos suspeitos de participar de um esquema criminoso para fraudar multas do Naturatins, o juiz José Carlos Tajra Reis Junior precisou derrubar um artigo do decreto estadual que impõe um novo manual para a corporação. O pedido partiu da Delegacia Especializada em Investigações Criminais (DEIC) de Araguatins que pediu garantia judicial para não aplicar o artigo nº 76 do Decreto nº 5.915/2019. Com o parecer favorável do Ministério Público o juiz reconheceu "a ilegalidade e inconstitucionalidade" do artigo e afastou a aplicação no procedimento policial desta sexta-feira.

O que diz o artigo

Esse artigo afirma "a busca e apreensão que precise ser realizada fora da circunscrição do Delegado de Polícia ou com o auxílio de outra unidade policial, deverá ser precedida de comunicação à chefia comum das unidades envolvidas". A chefia, então decide sobre o afastamento dos policiais de sua sede de lotação e sobre o emprego de recursos de outras delegacias.

Decreto viciado

"Analisando o mencionado Decreto, verifico que a mesma padece de vício de constitucionalidade e legalidade", diz o juiz José Carlos, citando "óbvio" vício de incompetência. "Só a União pode legislar sobre esses temas e conseqüentemente, apenas o Presidente da República, numa excepcionalidade e por hipótese, poderia regulamentar a matéria por decreto", afirma, na decisão.

26 DE MARÇO DE 2019

Jornal do Tocantins (63) 99997-2522 BUSCAR VICENTINHO

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO VIDA URBANA ESPORTE MAGAZINE OPINIÃO INFOMERCIAL VÍDEOS

VIDA URBANA

 Lauane dos Santos
lauane.santos@jto.com.br

Policiais civis e delegados realizam ato público em frente à AL contra medidas do Governo

Participantes pedem que deputados rejeitem projeto de lei do Governo que altera Estatuto dos Servidores da Polícia Civil e apresentaria, segundo Sindepol, uma série de inconstitucionalidades

26/03/2019 - 12:01



Ato público coordenado pelo Sindepol-TO tem o intuito de sensibilizar os deputados contra o projeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil. (Foto: Lia Mara)

Policiais civis, delegados, políticos e sociedade civil se reuniram na manhã desta terça-feira, 26, em frente à Assembleia Legislativa do Tocantins (AL-TO), na Capital, para um ato público contra o manual que regulamenta o trabalho dos delegados de Polícia do Estado, conhecido como “decreto da mordaca”, e o projeto de lei enviado para a AL pedindo alterações no Estatuto de Servidores da Polícia Civil. O protesto é coordenado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins (Sindepol) e contou com cerca de 100 participantes, segundo a organização.

27 DE MARÇO DE 2019



INFORMAÇÃO QUE FAZ A DIFERENÇA

Distrito Federal | Goiás | Tocantins | Pará | Maranhão | Piauí |

Com 19 votos a favor, deputados aprovam promoções da PM e retiram inamovibilidade de delegados numa PEC só; deputada reage: “grande golpe”

| Gazeta do Cerrado - Para mentes pensantes | - 27/03/2019

Última atualização em 26/08/2019 14:31



28 DE MARÇO DE 2019

AF notícias

INAMOVIBILIDADE

Em duelo com deputados, delegados do Tocantins perdem uma das principais garantias

A matéria foi entranhada no texto que regulamenta a data para a promoção de militares.



Por Arnaldo Filho 5.505

28/03/2019 08h18 - Atualizado há 5 meses

AMÁLIA SANTANA	PT	
AMÉLIO CAYRES	SD	S
ANTÔNIO ANDRADE	PHS	S
CLAUDIA LELIS	PV	
CLEITON CARDOSO	PTC	S
EDUARDO DO DERTINS	PPS	S
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	DEM	
ELENIL DA PENHA	MDB	S
FABION GOMES	PR	S
ISSAM SAADO	PV	S
IVORY DE LIRA	PPL	S
JAIR FARIAS	MDB	S
JORGE FREDERICO	MDB	S



PEC - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2

28 DE MARÇO DE 2019

AF notícias
conexão entre esporte e natureza

POLÊMICA

'Ameaça, perseguição e mordaza', diz único deputado contrário à PEC da remoção

Júnior Geo foi o único deputado que votou contra a PEC que retirou garantias dos delegados.

f t w

Por Nielcem Fernandes  1.493
28/03/2019 11h30 - Atualizado há 5 meses



29 DE MARÇO DE 2019

HOME CIDADES CURTAS ESTADO **MINHA OPINIÃO** POLÍTICA EDITAIS OUTROS

Minha Opinião [Ver comentários](#)

 **Roberta Tum**
f roberta.tum.9 @robertatum
Colunista do editorial Minha Opinião

10 ANOS ESCREVENDO A HISTÓRIA 1.481 visualizações

Dez anos depois, um Tocantins de altos e baixos segue sem enfrentar seus desafios

Neste final de mês, completam-se dez anos que foi ao ar pela primeira vez o Site Roberta Tum, em 2009, nove meses após a criação do Blog da Tum. Uma década de muita história, mas poucos avanços no TO

29/03/2019 08:51:19 - Atualizada em 29/03/2019 11h13min [Roberta Tum](#)

[Arquivo do Portal](#)



- “Por fim, esta semana, a Segurança Pública sofrendo um golpe político com a alteração do estatuto da polícia civil, que permite o remanejamento de delegados, em plena condução de investigações que desagradem. A matéria passou fácil na Assembleia Legislativa, uma vez que os deputados se tornaram alvos de operações contra o uso de servidores fantasmas nos últimos meses. Apenas um voto contra: o do deputado Júnior Geo, que mais uma vez se destaca.
- Não é um bom momento. Não existe otimismo. Se as intenções são boas, não há sucesso nenhum em comunicá-las”.

29 DE ABRIL DE 2019

Home Política ▾ Tocantins ▾ Negócios Viver TO



Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (Foto: Cláudia Borges/Secom)

Política

Estado sanciona novo e polêmico estatuto da PC e corregedor diz que texto evita possíveis abusos

Texto foi aprovado sob protestos de entidades sindicais que chegou a chamar a normativa de mordça

Por Redação — última atualização 26 abr, 2019 às 10:57

Compartilhe



O Diário Oficial desta quinta-feira, 25, trouxe a publicação do novo Estatuto dos Servidores da Polícia Civil [Lei 3.461 de 2019], aprovada em março sob constantes protestos dos sindicatos representantes da categoria. Apesar das críticas, o corregedor-geral da corporação, Fábio Augusto Simon, defendeu que o texto deve oferecer mais benefícios e proteção para os profissionais da categoria, assim como maior economicidade e efetividade na prestação dos serviços oferecidos à população pelo órgão de segurança.



5 (100%) 4 votos

Um dos destaques dados por Simon foi as alterações na aplicação de penalidades. Isso porque, segundo defende, a normativa anterior apresentava uma margem de punição bastante extensa para o julgador, o que permitia haver penas variando de advertências

14 DE MAIO DE 2019

TOCANTINS



Delegados que abriram investigação sobre funcionários fantasmas no governo são suspensos por 'insubordinação'

Wanderson Chaves de Queiroz e Gregory Almeida Alves do Monte já tinham sido transferidos da equipe da operação pela Justiça a pedido da cúpula da SSP.

Por G1 Tocantins

14/05/2019 16h33 - Atualizado há 3 meses



17 DE MAIO DE 2019

TOCANTINS  TV ANHANGUERA

MPE vai investigar suspensão de delegados que começaram operação sobre funcionários fantasmas

Wanderson Chaves de Queiroz e Gregory Almeida Alves do Monte foram punidos pela corregedoria da Polícia Civil por 'insubordinação'. Promotor vai apurar denúncia de que eles estariam sofrendo perseguição.

Por G1 Tocantins

17/05/2019 19h19 · Atualizado há 3 meses



29 DE MAIO DE 2019

NOTÍCIAS

Delegados de Polícia do Tocantins terão índices de produtividade divulgados à comunidade

29/05/2019 - Priscila Cadore/Governo do Tocantins

A Portaria da Secretaria de Estado da Segurança Pública que institui o Relatório de Atividades Funcionais (RAF) dos delegados de polícia do Tocantins foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta segunda-feira, 27. Segundo o documento, inquéritos policiais, que representam o principal instrumento de investigação e quase a totalidade da atividade-fim policial, assim como outros procedimentos concluídos pelos delegados, serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e irão orientar as ações da Polícia Civil do Estado.

A Portaria SSP n. 564 ainda traz como fundamento da criação do RAF para o órgão de segurança, programas semelhantes mantidos pelo Poder Judiciário e Ministério Público, assim como destaca a necessidade de prestação dos serviços públicos pela Polícia Civil do Tocantins com presteza, perfeição e rendimento funcional.

O secretário da Segurança Pública, Cristiano Barbosa Sampaio, ressaltou que o relatório consiste em um dos elementos levados em consideração para a tomada de decisões no órgão policial. "O RAF é um dado que compõe o conjunto de ações e estudos programados em nosso Plano de Modernização da Polícia Civil do Estado. Será utilizado como critério para a tomada de decisões, mas não de forma exclusiva e, sim, dentro de um contexto em que outros elementos serão também verificados", frisou.

O Plano de Modernização da Polícia Civil citado pelo gestor teria ainda outros enfoques e ações fundados na impessoalidade, como o levantamento de dados estatísticos, diagnósticos, planejamento de ações e resultados estratégicos. Nesse contexto, estaria, por exemplo, a criação de normas técnicas e objetivas para a seleção de servidores por cooperação federativa coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, como o programa da Força Nacional. Os critérios para cadastro de servidores foram publicados em 13 de maio, em instrução normativa da SSP que pontua habilidades profissionais, meritórias e intelectuais e leva em consideração ainda o comportamento do servidor público.



Cláudia Borges/Governo do Tocantins

17 DE JUNHO DE 2019

G1

TOCANTINS

Projeto polêmico que extingue delegacia de combate a corrupção e cria conselho é discutido na AL

Nova lei já foi aprovada pelos deputados estaduais, mas assunto voltou a ser discutido após policiais questionarem a medida. Debate ocorreu no mesmo dia em que presidente da AL foi indiciado.

Por TV Anhanguera

17/06/2019 21h08 · Atualizado há 2 meses



Projeto que extingue delegacia de combate à corrupção é discutido na AL

O projeto de lei apresentado pelo Governo do Tocantins para alterar a estrutura das delegacias especializadas no estado voltou a ser discutido nesta

19 DE JUNHO DE 2019

G1

TOCANTINS

TV ARANHAZERA



Delegados que investigam políticos tiram zero em relatório de produtividade e SSP diz que fará correção dos números

Delegado responsável pelas operações Jogo Limpo, Espectro e Catarse ficou com zero em todos os quesitos. Governo afirma que relatório atende diretrizes de uma gestão baseada em evidência, mas SSP informou que houve erro e novos números serão divulgados.

Por G1 Tocantins

19/06/2019 14h48 - Atualizado há 2 meses



Delegado Guilherme Rocha foi um dos que ficou com nota zero — Foto: Ascom SSP/Divulgação

21 DE JUNHO DE 2019

G1

TOCANTINS



Corregedor-geral da Polícia Civil deixa cargo após polêmica envolvendo nota zero para delegados

Pedido foi protocolado na manhã desta sexta-feira (21). Corregedor afirmou que pediu para sair por 'razões pessoais'.

Por G1 Tocantins

21/06/2019 13h32 - Atualizado há 2 meses



O corregedor-geral da Polícia Civil, Fábio Augusto Simon, entregou o cargo na manhã desta sexta-feira (21). A renúncia ocorre dias após a corregedoria divulgar o primeiro Relatório de Atividades Funcionais (RAF) atribuindo nota zero para delegados **responsáveis por investigar políticos e esquemas de corrupção no estado.**

O método de avaliação foi alvo de críticas e causou intensa repercussão. Um dia depois, o Governo do Tocantins publicou uma portaria suspendendo do relatório, reconhecendo que havia **inconsistência nos dados e que eles precisariam ser corrigidos.**

Anúncio fechado por Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

5 DE JULHO DE 2019

JC
Jornal do Tocantins (63) 99997-2522 BUSCAR VICENTINHO X

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO VIDA URBANA ESPORTE MAGAZINE OPINIÃO INFOMERCIAL VÍDEOS

ANTENA LIGADA



Lailton Costa

CONFIRMADO FIM DA DRACMA: delegacia que combate corrupção some da SSP em minuta de regimento

Minuta seguiu hoje para a Casa Civil onde passará por revisões finais, um dia após a deflagração da Operação que investiga fraude na reforma da Residência do Governador

05/07/2019 - 19:42

A Operação Via Avaritia (estrada da ganância, em latim), deflagrada na quinta-feira, 4, contra a suspeita de corrupção, por fraude, em um contrato de R\$ 29,2 milhões no governo estadual pode ser a última deflagrada pela Delegacia de Repressões a Crimes de Maior Potencial Contra a Administração Pública (Dracma).

A minuta do decreto que o governador Mauro Carlesse (DEM) e o Secretário da Segurança Pública Cristiano Barbosa Sampaio têm pronta para publicação confirma o que tem sido afirmado há meses: a extinção da delegacia que mais tem combatido a corrupção no Tocantins.

A coluna publica no final da nota a minuta para o leitor conferir com os próprios olhos. Nela, a partir da página 37 está a relação das delegacias especializadas e sem a Dracma.

Sem lotação por atacado

O regimento prevê, em seu artigo 129, que assim que for publicado todos os atuais delegados perderão sua lotação atual. Na capital, todos os servidores das Centrais, delegacias circunscricionais e especializadas ficarão à disposição da Diretoria de Polícia da Capital. No interior também, mas à disposição da Delegacia Regional.

Só depois, ato do secretário "procederá à realocação" e essa proposta de realocação será "será previamente analisada pela Delegado-Geral".

9 DE JULHO DE 2019

JC
Jornal do Tocantins (63) 99997-2522 BUSCAR VICENTINHO

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO VIDA URBANA ESPORTE MAGAZINE OPINIÃO INFOMERCIAL VÍDEOS

ANTENA LIGADA



Lailton Costa

Spoiler do desmonte: deltas que investigam políticos removidos e um exonerado

Delegados da Dracma e DEIC estão fora dos postos e Mozart Félix, presidente do Sindepol, pode ficar fora da carreira após titular da SSP pedir anulação de ato que readmitiu delegado em 2012

09/07/2019 - 13:16

Esta terça-feira, 9 de julho, deve ficar marcada pela publicação no Diário Oficial do Estado no novo regimento da Polícia Civil, já antecipado pela coluna que extingue delegacias especializadas em combate à corrupção (DRACMA), em Palmas, e roubos (DRR), em Araguaína, mas a roda de apostas de spoilers também inclui a remoção dos delegados e até a exoneração do presidente do Sindicato dos Delegados (Sindepol), Mozart Félix.

Contra os investigadores

E o que trazem os bastidores, sobre os atos de remoção dos delegados que estão incomodando as autoridades políticas com investigações como Expurgo, Catarse e Via Avaritia?

O delegado da Dracma Guilherme Rocha deve ser mandado para a Central da Polícia Civil. Gregory Almeida Alves do Monte irá para a 3ª Delegacia de Polícia.

José Anchieta de Menezes Filho e Thiago Bustorff não serão mais titulares das DEICs de Araguaína e Araguaatins, respectivamente.

Cassiano Ribeiro Oyama, da 1ª DPC será removido para Delegacia de Atendimento a Vulneráveis (DAV).

A exoneração de Mozart

A situação do presidente do Sindepol, Mozart Manuel Macedo Felix, passou a ser desenhada após suas manifestações de apoio aos delegados e contra o desmonte, agravada após sua aparição em rede nacional de televisão com críticas à gestão.

23 DE AGOSTO DE 2019

Jornal do Tocantins (63) 99997-2522 BUSCAR VICENTINHO X

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO VIDA URBANA ESPORTE MAGAZINE OPINIÃO INFOMERCIAL VÍDEOS

ANTENA LIGADA

 Lailton Costa

Procuradoria do Estado contradiz secretário Cristiano e opina contra exoneração de Mozart Félix

No início de sua gestão, Cristiano Sampaio desenterrou processo e pediu anulação de readmissão do delegado que havia deixado serviço público após ameaças no início da carreira; caso agora será decidido pela Administração

23/08/2019 - 17:01



(Foto: Elias Oliveira)

Em um parecer de 19 laudas a subprocuradora administrativa da Procuradoria Geral do Estado (PGE) Maria Fernanda Galvão Panno desmonta barbaramente a tese do secretário de Segurança Pública, Cristiano Sampaio, para exonerar o delegado da Polícia Civil Mozart Félix.

Mozart ameaçado e exonerado